

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Esta Presidência solicita ao nobre deputado Coronel Camilo que assuma a direção dos trabalhos para que este deputado possa fazer uso da tribuna.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Camilo.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada, pelo tempo regimental.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Coronel Camilo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, visitantes, policiais militares aqui presentes, quero saudar o cabo Juiz que está sempre conosco, saudar o cabo Lindembergue - que sei que está chegando agora na Assembleia Legislativa, para o primeiro serviço que está tirando aqui - seja bem-vindo, sucesso na missão.

Sr. Presidente, hoje nós estivemos, cedo, pela Marinha, onde foi comemorado o Dia da Batalha de Riachuelo, que ocorreu há 153 anos. Esse é o dia magno da Marinha do Brasil. Estivemos lá com o Almirante Guerreiro, onde várias autoridades foram homenageadas, condecoradas. Parabéns à nossa Marinha do Brasil.

Infelizmente, Sr. Presidente, venho hoje aqui com uma missão muito difícil. Desde quinta-feira - tendo em vista que sexta-feira não houve a sessão ordinária - nós tivemos nove mortes de policiais militares. Vejam bem, em que país do mundo acontece isso? É só no Brasil. Tivemos a morte de um soldado do Exército brasileiro, oito policiais militares. Vem profissionais da Segurança pública morrerem desde quinta-feira: um homem do Exército e oito policiais militares. Foram duas mortes no Rio de Janeiro, duas mortes na Bahia, uma morte no Rio Grande do Norte, uma morte em São Paulo, uma morte na Paraíba, uma no Amazonas e uma no Mato Grosso do Sul; um absurdo! Foram nove policiais.

O primeiro militar que morreu é um militar do Exército, um jovem militar da Polícia do Exército, que foi morto na última quinta-feira. Ele estava numa escolta junto com as viaturas do Exército. O militar em questão é o soldado Honório, do Exército brasileiro. Na quinta-feira próxima passada, ele como motociclista militar, durante uma operação de escolta em um dos comboios, acabou atropelando um civil, numa área conhecida como local de usuários de droga. Então, esse civil era um usuário de droga. Por causa disso o soldado Honório acabou falecendo - jovem militar - no último dia sete último, na quinta-feira.

Outro policial militar, também morto na última quinta-feira, no Rio de Janeiro, teve a sua vida ceifada. É o PM, sargento da Polícia Militar, Robson Airon Coelho Alves, 49 anos, que pertencia ao 22º Batalhão de Polícia Militar (Maré). Ele foi assassinado por disparos de arma de fogo, na porta da própria casa, no bairro Maria Helena. Ele estava há 20 anos DNA Polícia Militar e deixa mulher e cinco filhos. Cinco filhos órfãos de um policial militar, mais uma vez vítima do crime. Essa é a realidade do Brasil.

Dessas duas mortes que ocorreram em Salvador, uma delas é simplesmente absurda. Colocuem a foto dele no telão, por favor. Esse policial militar não foi só morto, como ele sofreu atos de requintes de perversidade, de tortura - fala-se tanto em tortura no Brasil.

Esse militar, de 44 anos, é o cabo da Polícia Militar Gustavo Gonzaga da Silva, da Polícia Militar da Bahia, que, além de ser morto com vários tiros na cabeça, teve os olhos arrancados, a mandíbula, a mão direita, a orelha e a língua. O que é isso? Em que país nós estamos? E ninguém fala nada. Era casado e deixa duas filhas. Um absurdo isso.

Na Bahia, também na quinta-feira, foi morto o cabo da Polícia Militar, José Luiz da Hora, 51 anos, casado, um casal de filhos. Era pastor de uma igreja evangélica onde congregava há 17 anos, e não costumava andar armado. Foi vítima de criminosos quando teve o carro roubado. Os malditos perceberam que ele era policial militar e o mataram. Ele estava na Polícia Militar há 24 anos.

No dia 8, sexta-feira, no Rio Grande do Norte, outro policial militar foi cruelmente assassinado, o cabo da Polícia Militar Melqui de Djalcy Rodrigues, de 41 anos. Estava passeando com uma mulher quando dois indivíduos chegaram num carro branco, armados, e o abordaram. Um dos indivíduos estava com capacete e atirou contra o policial militar, atingindo-o na testa. Ele ainda foi socorrido, mas morreu ao chegar ao hospital. Ou seja, mais um policial militar simplesmente fuzilado.

Outro policial militar foi morto ontem, domingo, inclusive serviu comigo na Rota, trabalhou com meu filho, o tenente Telhada. É o sargento Rogério de Oliveira Alves, conhecido como R. Alves, 37 anos. Ele chegava em casa com sua motocicleta quando foi abordado por dois indivíduos, que não se contentaram em roubar a motocicleta. Quando vistoriaram o policial, viram que ele estava armado e não restou outra alternativa a ele a não ser entrar em luta com os criminosos. Nessa luta corporal, acabou matando um dos criminosos, mas foi morto também, e teve sua arma roubada. Nossos sentimentos pela morte do sargento R. Alves.

Na Paraíba, mais um policial militar morto, hoje, segunda-feira. É o 3º sargento da Polícia Militar, Francisco de Assis Pereira Marinho, que retornava para casa após ter trabalhado no Parque Novo Mundo. Era do 2º Batalhão de Campina Grande. Dois indivíduos, numa motocicleta, abordaram o policial e deram dois tiros nele. Um tiro acertou o tórax, do lado esquerdo, e o outro a cabeça, do lado esquerdo também. Tinha 27 anos de Polícia Militar. Mais um policial militar cruelmente assassinado.

E o nono policial militar assassinado nesses dias foi no Amazonas, o sargento Taynã Régis Barreto, 32 anos. Foi baleado no último dia primeiro, numa ocorrência com traficantes. Morreu nesta madrugada. Foi ferido num confronto com traficantes, na zona sul de Manaus. Era das Rondas Ostensivas Cândido Mariano, Rocam, e era lotado no 2º Batalhão de Polícia de Choque. Foi morto de maneira absurda.

Outro policial militar foi morto em Mato Grosso do Sul, o 1º sargento Wilson Martins de Figueiredo. Na porta de seu carro, foram encontrados tiros de fuzil. Tinha 62 anos. Era sargento da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, pai de um coronel. Ele trabalhava na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Isso é o típico fuzilamento, não ocorrência. É execução. Ele foi executado a tiros de fuzil, na manhã desta segunda-feira, na Avenida Guaicurus, Jardim Moema, em Campo Grande.

Ele ocupava o cargo de gerente de segurança e polícia legislativa da Assembleia do Mato Grosso do Sul, há quatro anos. Ele seguia no seu veículo KIA Sportage, quando foi atingido por disparos, perdeu o controle e derrubou o muro de um comércio, morrendo na hora. No local, foram encontrados um carregador de fuzil 556, um extensor de coronha, equipamento para diminuir o impacto do fuzil, além de calibres de uma arma não identificada. Ou seja, foi simplesmente executado. Não houve nem voz de assalto, ele foi executado.

Sr. Presidente, é o nono policial militar morto desde quinta-feira. Essa é a triste realidade da Polícia Militar no Brasil. Essa é a triste realidade da Segurança em nosso País. Muito obrigado.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

\*\*\*

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência irá levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão da última quinta-feira.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 01 minuto.

\*\*\*

## 12 DE JUNHO DE 2018

## 80ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidência: DOUTOR ULYSSES, MARCO VINHOLI, CAUÉ MACRIS, CARLÃO PIGNATARI e DAVI ZAIA****Secretaria: LECI BRANDÃO, CLÉLIA GOMES e MARTA COSTA**

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca os Sr. Deputados para sessões solenes, a serem realizadas: dia 27/08, às 20 horas, para prestar "Homenagem aos Corretores de Imóveis", a pedido do deputado Coronel Camilo; e dia 30/08, às 20 horas, para prestar "Homenagem à Comunidade Judaica", por solicitação do deputado Fernando Capez.

2 - LECI BRANDÃO

Lembra a aprovação, pelo Governo Michel Temer, do teto que limita as despesas públicas por 20 anos. Afirma que o MEC anunciou a redução do Programa Bolsa Permanência, que atende indígenas e quilombolas. Menciona que o Governo pretende liberar somente 800 bolsas este ano.

Relata que o programa, criado em 2003, tem o objetivo de fornecer moradia, alimentação e material escolar para aqueles que deixaram suas aldeias e quilombos para estudar. Informa que a Lei 16.762/18, de sua autoria, que determina a fixação de avisos em ambientes de uso coletivo de uma placa informando da punição para atos de discriminação racial, foi sancionada ontem pelo governador Márcio França. Agradece todos os parlamentares desta Casa. Destaca que esta lei contribuirá para o combate ao racismo no Estado.

3 - LECI BRANDÃO

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

4 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Defere o pedido e suspende a sessão às 14h37min.

5 - MARCO VINHOLI

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h31min.

6 - DAVI ZAIA

Solicita a suspensão da sessão por 15 minutos, por acordo de lideranças.

7 - PRESIDENTE MARCO VINHOLI

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h31min.

8 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h49min.

9 - MÁRCIA LULA LIA

Pelo art. 82, tece comentários acerca de caso ocorrido em Mococa, onde uma mulher foi esterilizada contra a vontade, por decisão judicial. Faz críticas aos envolvidos na questão. Argumenta que a realização do procedimento foi ilegal.

10 - ENIO LULA TATTO

Pelo art. 82, menciona pesquisa, feita pelo Datafolha, em que o ex-presidente Lula aparece em primeiro lugar nas intenções de voto. Afirma que a prisão de Lula é injusta. Ressalta a rejeição ao ex-governador paulista Geraldo Alckmin.

11 - MARCO VINHOLI

Pelo art. 82, rebate o pronunciamento do deputado Enio Lula Tatto. Comemora o arquivamento de processo contra o ministro Aloysius Nunes. Discorre sobre os trabalhos previstos para esta semana, nesta Casa. Fala sobre as atividades da CPI das organizações sociais de saúde.

12 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS

Pede comportamento regimental dos presentes nas galerias.

13 - FELICIANO FILHO

Pelo art. 82, exhibe e comenta vídeo sobre a exportação de gado vivo. Informa que haverá manifestações contra a prática em diversos países, inclusive no Brasil. Defende projeto, que tramita nesta Casa, referente à questão.

14 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, apoia as reivindicações de estudantes das Fatecs e Etecs, presentes nas galerias. Defende as greves de funcionários da Faculdade de Medicina de Marília e de professores do município de Poá. Fornece detalhes sobre ambos os casos.

ORDEM DO DIA

15 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS

Informa ter em mãos e coloca em discussão requerimento de urgência ao PL 367/18. Convoca uma sessão extraordinária, a ter início dez minutos após o término da presente sessão.

16 - MARCO VINHOLI

Discute o requerimento de urgência ao PL 367/18.

17 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência.

18 - MARCO VINHOLI

Solicita verificação de presença.

19 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.

20 - CARLOS CEZAR

Solicita a suspensão dos trabalhos por cinco minutos, por acordo de lideranças.

21 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido e suspende a sessão às 17h41min, reabrindo-a às 17h44min.

22 - MARCO VINHOLI

Solicita a suspensão dos trabalhos por cinco minutos, por acordo de lideranças.

23 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido. Suspende a sessão às 17h44min, reabrindo-a às 17h49min.

24 - MARCO VINHOLI

Solicita a suspensão dos trabalhos por 15 minutos.

25 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Indefere o pedido, por discordância do deputado Campos Machado.

26 - CARLOS CEZAR

Solicita a prorrogação dos trabalhos por duas horas e 30 minutos, duas horas e 29 minutos e duas horas e 28 minutos.

27 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Anota os pedidos.

28 - CAMPOS MACHADO

Discute o requerimento de urgência ao PL 367/18.

29 - MARCO VINHOLI

Solicita a suspensão dos trabalhos por 15 minutos, por acordo de lideranças.

30 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido. Suspende a sessão às 18h11min, reabrindo-a às 18h29min.

31 - CELINO CARDOSO

Para comunicação, comunica o falecimento do prefeito de Brotas, Modesto Salviatto Filho.

32 - CARLOS CEZAR

Para comunicação, dá conhecimento de entendimento entre as lideranças, para que se dê por discutido, por uma hora, o PL 123/18.

33 - MARCO VINHOLI

Para comunicação, confirma o entendimento exposto pelo deputado Carlos Cezar.

34 - BETH LULA SAHÃO

Discute o requerimento de urgência ao PL 367/18.

35 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o requerimento de urgência ao PL 367/18.

36 - MARCO VINHOLI

Para comunicação, anuncia a visita de integrantes da Federação Espírita do Estado de São Paulo.

37 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Informa que a deputada federal Mara Gabrilli foi eleita representante do Brasil em comitê da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência.

38 - DAVI ZAIA

Assume a Presidência. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados, separadamente, requerimentos de urgência ao PL 922/17 e ao PL 949/17. Convoca, para hoje, reuniões conjuntas: das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se às 18 horas e 45 minutos; e das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se um minuto após o término da reunião anterior; e reunião extraordinária da Comissão de Saúde, a ter início um minuto depois do fim da reunião precedente.

39 - MARCO VINHOLI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

40 - PRESIDENTE DAVI ZAIA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 13/06, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, prevista para as 19 horas e 10 minutos de hoje. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE – DOUTOR ULYSSES - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sra. Deputada Leci Brandão para, como 1ª Secretária "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA – LECI BRANDÃO – PCDoB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Esta Presidência, atendendo a solicitação do nobre deputado Coronel Camilo, convoca V. Exas., nos termos do Regimento Interno, para uma sessão solene, a realizar-se dia 27 de agosto de 2018, às 20 horas, com a finalidade de homenagear os corretores de imóveis.

Nos mesmos termos, esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado Fernando Capez, convoca V. Exas. para uma sessão solene, a realizar-se dia 30 de agosto de 2018, às 20 horas, com a finalidade de homenagear a comunidade judaica.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra a primeira oradora inscrita, nobre deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa e público que nos assiste pela TV Alesp, o governo golpista conseguiu aprovar a PEC do teto de gastos, que limita as despesas públicas pelos próximos 20 anos. Nós dissemos, desde o início, que essas medidas iriam atingir principalmente a Educação, a Saúde e a população mais vulnerável.

Esta semana, o MEC, Ministério da Educação e Cultura, anunciou a redução do programa "Bolsa Permanência", que oferece auxílio financeiro a estudantes indígenas e quilombolas matriculados em instituições federais do ensino superior. Segundo representantes dos alunos, pelo menos 2.500 estudantes já foram prejudicados até aqui, mas o número pode atingir 5.000 até o final do ano letivo. Desde o início das aulas, em março, os novos universitários não receberam nenhuma parcela da bolsa, nem conseguiram inserir seus nomes no sistema como candidatas a essa ajuda.

O novo ministro da Educação, Rossieli Soares, disse que a proposta do Ministério é de apenas 800 novas bolsas neste ano. Na prática, o que esse governo está fazendo é fechar o programa criado em 2003, que oferece ajuda de moradia, alimentação e material escolar a estudantes que precisam deixar as suas aldeias, os seus quilombos, localizados, às vezes, a centenas de quilômetros, para que eles possam estudar. Sabemos que as cotas foram um passo importante, mas elas devem ser acompanhadas de ações que garantam a permanência dos estudantes nessas instituições, porque senão essa inclusão de cota vai ficar fazendo de conta.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu quero informar que o Projeto de lei nº 16.762, de 2018, de nossa autoria, que determina a fixação de avisos em ambientes de uso coletivo de uma placa informando da punição para atos de discriminação racial no estado de São Paulo, foi sancionado ontem pelo governador Márcio França. Quero aproveitar para agradecer a todos os parlamentares desta Casa que nos apoiaram na aprovação desse projeto. É uma lei que deverá contribuir para o combate ao racismo em nosso estado. Quero agradecer, mais uma vez, a todos os parlamentares que votaram a favor desse projeto de lei e também ao governador Márcio França.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pela nobre deputada Leci Brandão e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

\*\*\*

- Suspensa às 14 horas e 37 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 31 minutos, sob a Presidência do Sr. Marco Vinholi.

\*\*\*

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE - MARCO VINHOLI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Davi Zaia e suspende a sessão por 15 minutos.

Está suspensa a sessão.

\*\*\*

- Suspensa às 16 horas e 31 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 49 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

\*\*\*

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra a nobre deputada Márcia Lia pelo Art. 82.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Dirijo-me às pessoas que estão assistindo a essa nossa plenária, aqui, na Assembleia Legislativa de São Paulo, para tocar em um assunto extremamente delicado, que é um caso que ocorreu na cidade de Mococa. É um caso que foi noticiado no último sábado, dia 9 de junho, quando o advogado e professor da Fundação Getúlio Vargas, Oscar Vilhena, escreveu um artigo intitulado "Justiça, ainda que tardia".

Conta a história de uma moça chamada Janaína, uma mulher negra que vivia em situação de rua e foi esterilizada sem a sua autorização, por meio de uma condução coercitiva. O promotor da cidade entrou com uma ação civil pública e, por meio dessa, o juiz deferiu uma liminar solicitada por esse promotor. O promotor é Frederico Liserre Barruffini, e o juiz que acatou a ação civil pública é Djalma Moreira Gomes Júnior.

Temos várias indagações a fazer. Estamos fazendo uma moção de repúdio na Assembleia Legislativa. Estamos apresentando porque é um absurdo que se esterilize um ser humano sem que essa pessoa dê autorização para essa ilegalidade.

A ação do Ministério Público é manifestamente inconstitucional porque o Art. 226, parágrafo 7º, da Constituição Federal, fala que a família, base da sociedade, tem a proteção do Estado. No parágrafo 7º, diz o seguinte: "Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas".

Também há uma disposição na lei que proíbe os processos de esterilização contra mulheres. No Art. 10, que diz que tem de haver uma manifestação de vontade, uma manifestação escrita da pessoa que quer fazer a esterilização. Estamos diante de uma ação inconstitucional do Ministério Público e de uma determinação ilegal do juiz. Esse procedimento adotado pela Justiça se constitui em uma esterilização eugênica.

Não há a menor possibilidade de aceitarmos o que está acontecendo neste País: esse estado de exceção; a forma como a Justiça tem se colocado, de forma ilegal, de forma inconstitucional, desrespeitando a lei, desrespeitando a Constituição, desrespeitando os direitos das pessoas humanas.

Estamos apresentando essa moção de repúdio à essa esterilização absurda, essa esterilização coercitiva, sem disposição da vontade da pessoa que foi esterilizada. Também estamos entrando com representação no Conselho Nacional de Justiça e no Conselho Nacional do Ministério Público porque essa ação é manifestamente ilegal e inconstitucional.

É inadmissível que uma pessoa, mesmo em condições de já ter outros tantos filhos, que me parece que é o caso da Janaína, uma moça de 40 e poucos anos de idade, que foi, de forma arbitrária, de forma violenta, de forma misógina, de forma inconstitucional, de forma arbitrária. Todas as ilegalidades possíveis foram cometidas contra essa pessoa, contra esse ser humano.

Não podemos permitir ações dessa natureza. Temos que nos indignar, temos que nos posicionar contrariamente. Tomaremos as medidas judiciais cabíveis porque a mulher tem que ter o direito de dispor do seu corpo, daquilo que ela quer.

Na minha concepção, inclusive, houve um crime, porque é crime de lesão corporal o que foi praticado contra essa mulher. Nós vamos, inclusive, na nossa representação, apresentar esse questionamento e essa disposição de que também esses dois sejam penalizados por crime de lesão corporal.

Não se admite uma esterilização, a mutilação, de um ser humano sem que esse ser humano se coloque de forma clara, objetiva, com consenso e disposição de que isso ocorra.

Não podemos aceitar. Não aceitaremos. O caso Janaína vai seguir os trâmites legais, na perspectiva de que consigamos encontrar respaldo. Ainda acreditamos que há alguns sobreviventes no estado democrático de direito que podem restabelecer o estado, o direito e a constitucionalidade das ações que vêm sendo praticadas contra os seres humanos, contra as pessoas e contra a dignidade das nossas mulheres.

Estamos juntas para que as mulheres sejam respeitadas e para que a Justiça se restabeleça.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A SRA. ANA LULA DO CARMO - PT - Sr. Presidente, eu vou passar o tempo da liderança da Minoria para o nobre deputado Enio Tatto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado, pela liderança da Minoria.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT – PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, quero repercutir a última pesquisa do Data Folha. Eu poderia também falar de outras pesquisas - de qualquer instituto de pesquisa - que foram publicadas nos últimos tempos.

Estou fazendo isso porque, sabendo que pesquisa é um retrato do momento, cada vez mais fica evidente, fica certa, a injustiça cometida - uma prisão arbitrária, uma prisão injusta. E a afirmação de que realmente o nosso presidente Lula é um preso político.

A população quer o Lula de volta. A população quer votar